

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10
DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	728.890.475
Preferenciais	151.762.555
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	20/02/2015	Ordinária		2,12763
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	20/02/2015	Preferencial	Preferencial Classe A	2,34040
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	20/02/2015	Preferencial	Preferencial Classe B	2,34040
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2014	Dividendo	20/02/2015	Preferencial	Preferencial Classe C	2,34040
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	05/02/2016	Ordinária		1,09596
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	05/02/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	1,20555
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	05/02/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	1,20555
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	05/02/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	1,20555
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Ordinária		0,15655
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,17221
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,17221
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,17221
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	19/04/2016	Ordinária		0,86743
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,94418
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,94418
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2015	Dividendo	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,94418
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Ordinária		0,07260

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,07987
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,07987
Reunião do Conselho de Administração	25/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	19/04/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,07987
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,05508
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,06059
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,06059
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,06059
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Ordinária		0,13445
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe A	0,14790
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe B	0,14790
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2016	Dividendo	11/05/2016	Preferencial	Preferencial Classe C	0,14790

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	9.934.343	11.163.454
1.01	Ativo Circulante	4.989.599	5.149.173
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.862.809	2.169.504
1.01.03	Contas a Receber	1.727.543	1.421.754
1.01.03.01	Clientes	1.727.543	1.421.754
1.01.04	Estoques	5.794	5.544
1.01.06	Tributos a Recuperar	134.450	124.120
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	134.450	124.120
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.259.003	1.428.251
1.01.08.03	Outros	1.259.003	1.428.251
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro Setorial	559.545	787.149
1.01.08.03.02	Derivativos	295.234	304.165
1.01.08.03.20	Outros Créditos	404.224	336.937
1.02	Ativo Não Circulante	4.944.744	6.014.281
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.936.055	3.948.478
1.02.01.03	Contas a Receber	51.767	55.469
1.02.01.03.01	Clientes	51.767	55.469
1.02.01.06	Tributos Diferidos	108.159	75.598
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	108.159	75.598
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.776.129	3.817.411
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	194.728	936.086
1.02.01.09.04	Tributos a Compensar	87.858	83.702
1.02.01.09.05	Derivativos	664.053	847.091
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro da Concessão	1.819.493	1.674.332
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Setorial	0	258.187
1.02.01.09.20	Outros Créditos	9.997	18.013
1.02.04	Intangível	2.008.689	2.065.803
1.02.04.01	Intangíveis	2.008.689	2.065.803
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.008.689	2.065.803

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	9.934.343	11.163.454
2.01	Passivo Circulante	2.751.290	3.983.080
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.956	32.912
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	37.956	32.912
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	37.956	32.912
2.01.02	Fornecedores	925.319	1.665.057
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	925.319	1.665.057
2.01.03	Obrigações Fiscais	302.177	310.028
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	161.155	101.905
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	87.693	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	11.325	15.566
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	52.165	75.476
2.01.03.01.04	Outros	9.972	10.863
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	141.022	208.123
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	474.341	525.906
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	441.711	449.068
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	178.095	162.909
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	263.616	286.159
2.01.04.02	Debêntures	32.630	76.838
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	32.630	76.838
2.01.05	Outras Obrigações	1.011.497	1.449.177
2.01.05.02	Outros	1.011.497	1.449.177
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	364.968	664.968
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	107	648
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	329.186	419.439
2.01.05.02.08	Outras Contas a Pagar	317.236	364.122
2.02	Passivo Não Circulante	5.726.365	5.827.981
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.917.142	5.102.968
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.754.331	3.940.295
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	968.182	974.421
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.786.149	2.965.874
2.02.01.02	Debêntures	1.162.811	1.162.673
2.02.02	Outras Obrigações	590.215	503.339
2.02.02.02	Outros	590.215	503.339
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	450.839	453.171
2.02.02.02.04	Derivativos	6.901	13.541
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	30.199	36.627
2.02.02.02.08	Passivo Financeiro Setorial	102.276	0
2.02.04	Provisões	219.008	221.674
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	219.008	221.674
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	52.290	30.868
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	73.168	100.065
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	82.403	78.239
2.02.04.01.20	Outros	11.147	12.502
2.03	Patrimônio Líquido	1.456.688	1.352.393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	880.653	880.653
2.03.02	Reservas de Capital	221.962	221.962
2.03.04	Reservas de Lucros	525.604	498.021
2.03.04.01	Reserva Legal	22.175	22.175
2.03.04.02	Reserva Estatutária	273.325	245.742
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	120.446	120.446
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.658	109.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.712	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-248.243	-248.243

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.765.930	2.219.202
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.449.398	-1.861.427
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.177.354	-1.623.956
3.02.02	Custo de Operação	-162.108	-140.749
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-109.936	-96.722
3.03	Resultado Bruto	316.532	357.775
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-151.892	-126.281
3.04.01	Despesas com Vendas	-71.310	-63.486
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.371	-60.902
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-211	-1.893
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	164.640	231.494
3.06	Resultado Financeiro	1.363	-75.042
3.06.01	Receitas Financeiras	170.220	101.820
3.06.02	Despesas Financeiras	-168.857	-176.862
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	166.003	156.452
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-61.708	-58.403
3.08.01	Corrente	-96.370	-33.202
3.08.02	Diferido	34.662	-25.201
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	104.295	98.049
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	104.295	98.049
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,11642	0,34605
3.99.02.02	PNA	0,12807	0,38066
3.99.02.03	PNB	0,12807	0,38066
3.99.02.04	PNC	0,12807	0,38066

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	104.295	98.049
4.03	Resultado Abrangente do Período	104.295	98.049

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	165.110	-326.220
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	370.471	433.216
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	166.003	156.452
6.01.01.02	Amortização	52.370	53.516
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	43.723	13.002
6.01.01.04	Encarg Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	68.785	183.505
6.01.01.05	Perda com Plano de Pensão	13.062	13.511
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	218	1.898
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	2.101	0
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.209	11.332
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-205.361	-759.436
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-325.936	-468.460
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-14.486	4.612
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	744.706	-742
6.01.02.05	Contas a Receber Eletrobrás - Aporte CDE	-82.039	17.056
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	555.699	-66.638
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-15.907	9.854
6.01.02.11	Fornecedores	-739.738	-348.200
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.677	-54.533
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	-95.545	74.934
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-15.935	-28.179
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-122.322	-92.996
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	-90.253	178.939
6.01.02.17	Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-51.953	-19.200
6.01.02.18	Passivo financeiro setorial	58.520	10.179
6.01.02.19	Contas a pagar - CDE	-22.985	26.641
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	21.490	-2.703
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-102.531	-68.666
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	-1.315	-1.114
6.02.03	Adições de Intangível	-101.216	-67.598
6.02.04	Venda de ativo não circulante	0	46
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-369.275	558.584
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	26.421	1.204.550
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-32.761	-572.982
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	-62.935	-27.984
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-300.000	-45.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-306.696	163.698
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.169.504	1.115.198
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.862.808	1.278.896

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.295	0	104.295
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.295	0	104.295
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.583	-27.583	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	27.583	-27.583	0	0
5.07	Saldos Finais	880.653	221.962	525.604	76.712	-248.243	1.456.688

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	241.264	248.858	527.213	0	-289.122	728.213
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	241.264	248.858	527.213	0	-289.122	728.213
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	98.049	0	98.049
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	98.049	0	98.049
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.897	-15.897	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	15.897	-15.897	0	0
5.07	Saldos Finais	241.264	248.858	543.110	82.152	-289.122	826.262

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	3.360.226	3.368.819
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.274.793	3.283.732
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	109.642	96.419
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-24.209	-11.332
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.557.872	-2.014.065
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.308.710	-1.802.834
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-249.162	-211.231
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.802.354	1.354.754
7.04	Retenções	-52.428	-53.539
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-52.428	-53.539
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.749.926	1.301.215
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	180.186	101.820
7.06.02	Receitas Financeiras	180.186	101.820
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.930.112	1.403.035
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.930.112	1.403.035
7.08.01	Pessoal	96.402	91.285
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.864	47.595
7.08.01.02	Benefícios	40.700	39.256
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.838	4.434
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.559.654	1.037.347
7.08.02.01	Federais	918.082	521.441
7.08.02.02	Estaduais	640.422	514.766
7.08.02.03	Municipais	1.150	1.140
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	169.761	176.354
7.08.03.01	Juros	169.189	175.682
7.08.03.02	Aluguéis	572	672
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	104.295	98.049
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	104.295	98.049

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações (R\$ mil)	1º Trimestre		
	2016	2015	Variação
Receita operacional	3.384.435	3.380.150	0,1%
Fornecimento de energia elétrica (*)	3.128.553	2.610.078	19,9%
Suprimento de energia elétrica	49.723	107.056	-53,6%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	109.642	96.418	13,7%
Outras receitas operacionais	396.923	268.102	48,0%
Ativo e passivo financeiro setorial	(300.406)	298.496	-200,6%
Deduções da receita operacional	(1.618.505)	(1.160.948)	39,4%
Receita operacional líquida	1.765.930	2.219.202	-20,4%
Custo com energia elétrica	(1.177.354)	(1.623.956)	-27,5%
Energia comprada para revenda	(997.649)	(1.432.233)	-30,3%
Encargo de uso do sist transm distrib	(179.705)	(191.724)	-6,3%
Despesa operacional	(423.936)	(363.752)	16,5%
Pessoal	(89.599)	(86.939)	3,1%
Entidade de previdência privada	(13.062)	(13.511)	-3,3%
Material	(15.779)	(11.823)	33,5%
Serviço de terceiros	(73.198)	(60.955)	20,1%
Amortização	(52.370)	(53.516)	-2,1%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(109.642)	(96.418)	13,7%
Outros	(70.285)	(40.591)	73,2%
Resultado do serviço	164.640	231.494	-28,9%
Resultado financeiro	1.363	(75.042)	-101,8%
Receitas financeiras	170.220	101.820	67,2%
Despesas financeiras	(168.857)	(176.862)	-4,5%
Resultado antes dos tributos	166.003	156.452	6,1%
Contribuição social	(16.688)	(15.579)	7,1%
Imposto de renda	(45.020)	(42.824)	5,1%
Resultado Líquido do Exercício	104.295	98.049	6,4%
EBITDA	217.011	285.009	-23,9%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD - (nota 23)

Comentário do Desempenho

Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2016 foi de R\$ 3.384.435, representando aumento de 0,1% (R\$ 4.285) quando comparado como mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente, no mesmo valor), a Receita Operacional Bruta seria de R\$ 3.274.793, apresentando redução de 0,3% (R\$ 8.939) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de Energia Elétrica:** Aumento de 19,9% (R\$ 518.475) principalmente pelo aumento no preço médio em 23,0%, decorrentes dos efeitos do reajuste tarifário de abril de 2015 de 4,67% (percepção do consumidor), bem como pelos efeitos da Revisão Tarifária Extraordinária-RTE que aumentou as tarifas em 32,28% a partir de março de 2015, compensados parcialmente pela redução no volume de energia vendida em 2,5% (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de Energia Elétrica:** Redução de 53,6% (R\$ 57.333) basicamente pela redução no volume de energia elétrica comercializada no curto prazo, bem como pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;
- iii. **Outras Receitas Operacionais:** Aumento de 48,0% (R\$ 128.821) basicamente pelos aumentos em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 82.784) em virtude dos reajustes tarifários aplicados; (ii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos do CDE (R\$ 39.903); (iii) arrendamentos e alugueres (R\$ 3.662); (iv) serviço taxado (R\$ 1.365) e (v) outras receitas e rendas (R\$ 1.187);
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** Despesa de R\$ 300.406 neste trimestre e receita de R\$ 298.496 no período do ano anterior, totalizando uma variação de 200,6% (R\$ 598.902) basicamente em função: (i) constituição de passivo financeiro setorial no 1º trimestre de 2016, decorrente de redução nos custos de energia, CDE e ESS e (ii) aumento na realização dos ativos homologados.

➤ Quantidade de Energia Vendida

A quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias registrou queda de 5,7%, quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

A classe residencial, que representa 42,7% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos, apresentou queda de 4,9% no 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete o desempenho da massa de renda, que no acumulado 12 meses (fev/16) registrou queda de 7,0%, associado aos possíveis efeitos de redução do consumo pelos clientes em função dos aumentos tarifários que ocorreram a partir do segundo trimestre de 2015.

A classe industrial que representa 16,0% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos apresentou queda de 9,7% no 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho, também observado na área de concessão cuja queda foi de 6,8%, é consequência direta do fraco desempenho da atividade industrial do Estado de São Paulo que, no acumulado de 12 meses (fev./16), registrou queda de 12,0%.

A classe comercial que representa 24,0% da quantidade de energia faturada a consumidores cativos apresentou queda de 6,3% no 1º trimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho, também observado na área de concessão cuja queda foi de 5,6%, reflete o comportamento dos principais indicadores, sejam eles, a massa de renda, que no acumulado 12 meses (fev/16) registra queda de 7,0%, vendas do comércio, confiança do

Comentário do Desempenho

consumidor e dos possíveis efeitos de redução do consumo pelos clientes, em função dos aumentos tarifários que ocorreram a partir do segundo trimestre de 2015.

As outras classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 17,3% do mercado total faturado pela Companhia. Estas classes apresentaram queda de 2,8% no 1º trimestre em relação à igual período do ano anterior. Na área de concessão o resultado permanece o mesmo. Este desempenho deve-se, ao efeito da baixa pluviometria no mesmo período do ano anterior, ensejando maior irrigação na atividade rural e aos efeitos da Portaria Interministerial 23, a qual estipula metas de racionalização do uso de energia elétrica e água.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado como a cobrança da TUSD, houve uma queda de 5,4% quando comparado com o mesmo período do período do ano anterior. Por classe temos: residencial -4,9%, industrial -6,8%, comercial -5,6%, rural -8,1% e outros -1,0%.

Dedução da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2016 foram de R\$ 1.618.505 apresentando aumento de 39,4% (R\$ 457.557) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo: (i) aumento de R\$ 125.656 de ICMS decorrente do aumento no fornecimento faturado; (ii) aumento de R\$ 3.322 de PIS/COFINS decorrente do aumento na base de cálculo; (iii) aumento de R\$ 231.165 no encargo setorial de Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"); (iv) aumento R\$ 103.680 de bandeiras tarifárias, compensados por: (v) redução de R\$ 4.668 de provisão de P&D e Eficiência Energética, em decorrência da redução da base de cálculo e (vi) redução de R\$ 1.814 no encargo do Proinfa.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

No 1º trimestre de 2016, o Custo com Energia Elétrica foi de R\$ 1.177.354 apresentando redução de 27,5% (R\$ 446.603) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- **Energia Elétrica Comprada para Revenda**

O custo com energia elétrica comprada foi de R\$ 997.649 apresentando redução de 30,3% (R\$ 434.584), principalmente pela: (i) redução no preço médio de 28,6% justificada pela redução no preço de liquidação de diferenças ("PLD") e no preço de compra de Itaipu e (ii) redução no volume de energia comprada de 2,4%.

- **Encargos do Uso do Sistema de Distribuição**

Os encargos de uso do sistema foram de R\$ 179.705, apresentando redução de 6,3% (R\$ 12.019) impactado, principalmente, pelas reduções de R\$ 10.192 nos encargos da rede básica e R\$ 3.271 nos encargos de serviço do sistema e encargos de energia de reserva.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 423.936 no 1º trimestre de 2016, apresentando aumento de 16,5% (R\$ 60.184) quando comparado com o mesmo período no ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 314.294, apresentando aumento de 17,6% (R\$ 46.960).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

Comentário do Desempenho

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 261.924 neste trimestre, com aumento de 22,5% (R\$ 48.105) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 3,1% (R\$ 2.661) em função, principalmente, dos efeitos do acordo coletivo de trabalho;
- ii. **Material:** aumento de 33,5% (R\$ 3.956), em função, principalmente, de: (i) reposição de materiais para manutenção de linhas e redes, máquinas e equipamentos e conservação de edificações de R\$ 2.228 e (ii) aquisição de materiais para manutenção da frota de R\$ 1.403;
- iii. **Serviços de Terceiros:** aumento de 20,1% (R\$ 12.243), principalmente em função do aumento nas despesas de serviços relacionados a: (i) manutenção do sistema elétrico e máquinas e equipamentos (R\$ 6.792); (ii) leitura/entrega de contas (R\$ 1.999), recuperação da inadimplência (R\$ 1.221) e (iii) alocação inter-empresas (R\$ 1.982);
- iv. **Outras Despesas:** aumento de 73,2% (R\$ 29.694), principalmente em função de: (i) aumento nas provisões para devedores duvidosos (R\$ 12.878); (ii) aumento nas despesas legais e judiciais (R\$ 12.138); (iii) aumento nas despesas com multas regulatórias (R\$ 2.428); (iv) redução na recuperação de despesas (R\$ 3.735), compensados por: (v) redução de perda na alienação/desativação de ativos não circulantes (R\$ 1.681)

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou receita de R\$ 1.363, com aumento de R\$ 76.405, em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receita Financeira:** aumento de 67,2% (R\$ 68.400), principalmente por: (i) aumento de R\$ 22.238 nos rendimentos de aplicação financeira; (ii) aumento de R\$ 20.400 no ajuste de expectativa de fluxo de caixa; (iii) aumento de R\$ 26.153 na atualização dos ativos e passivos financeiros setoriais; (iv) aumento de R\$ 10.231 de acréscimos e multas moratórias, compensados por: (v) redução de R\$ 11.049 na atualização dos depósitos judiciais.
- **Despesa Financeira:** redução de 4,5% (R\$ 8.005), principalmente por: (i) redução de R\$ 39.136 na variação cambial de Itaipu; (ii) redução de R\$ 2.499 de multas sobre tributos, compensados por: (iii) aumento nos encargos e variação monetária de dívidas (R\$ 28.282) e (iv) atualização de subsídios CDE de R\$ 4.917.

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi de R\$ 61.708, aumento de 5,7% (R\$ 3.305) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Lucro Líquido e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 104.295, com aumento de 6,4% (R\$ 6.246), em relação ao lucro verificado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (Lucro líquido do trimestre excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 217.011 com redução de 23,9% (R\$ 67.998), em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.862.809	2.169.504
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.727.543	1.421.754
Tributos a compensar	7	134.450	124.120
Derivativos	29	295.234	304.165
Ativo financeiro setorial	8	559.545	787.149
Estoques		5.794	5.544
Outros créditos	11	404.224	336.938
Total do circulante		4.989.599	5.149.173
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	51.767	55.469
Depósitos judiciais	19	194.728	936.086
Tributos a compensar	7	87.858	83.702
Derivativos	29	664.053	847.091
Ativo financeiro setorial	8	-	258.187
Créditos fiscais diferidos	9	108.159	75.598
Ativo financeiro da concessão	10	1.819.493	1.674.332
Outros créditos	11	9.996	18.012
Intangível	12	2.008.689	2.065.803
Total do não circulante		4.944.744	6.014.281
Total do ativo		9.934.343	11.163.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2016	31/12/2015
Circulante			
Fornecedores	13	925.319	1.665.057
Encargos de dívidas	14	12.694	20.047
Encargos de debêntures	15	32.630	76.838
Empréstimos e financiamentos	14	429.017	429.021
Entidade de previdência privada	16	107	648
Taxas regulamentares	17	329.186	419.439
Impostos, taxas e contribuições	18	302.176	310.028
Dividendo e juros sobre o capital próprio		364.968	664.968
Obrigações estimadas com pessoal		37.956	32.912
Outras contas a pagar	20	317.237	364.121
Total do circulante		2.751.289	3.983.080
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	92.866	81.549
Empréstimos e financiamentos	14	3.661.465	3.858.747
Debêntures	15	1.162.811	1.162.673
Entidade de previdência privada	16	450.839	453.171
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	219.008	221.674
Derivativos	29	6.901	13.541
Passivo financeiro setorial	8	102.276	-
Outras contas a pagar	20	30.197	36.627
Total do não circulante		5.726.365	5.827.981
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		880.653	880.653
Reserva de capital		221.962	221.962
Reserva legal		22.175	22.175
Reserva de retenção de lucros para investimentos		109.658	109.658
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		273.325	245.742
Dividendo		120.446	120.446
Resultado abrangente acumulado		(248.243)	(248.243)
Lucros acumulados		76.712	-
Total do patrimônio líquido		1.456.688	1.352.393
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.934.343	11.163.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	1º trimestre 2016	1º trimestre 2015
Receita operacional líquida	23	1.765.930	2.219.202
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(1.177.354)	(1.623.956)
Custo de operação	25	(162.108)	(140.749)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(109.936)	(96.722)
Lucro operacional bruto		316.532	357.775
Despesas operacionais	25		
Despesas com vendas		(71.310)	(63.486)
Despesas gerais e administrativas		(80.371)	(60.902)
Outras despesas operacionais		(210)	(1.893)
Resultado do serviço		164.640	231.494
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		170.220	101.820
Despesas financeiras		(168.857)	(176.862)
		1.363	(75.042)
Lucro antes dos tributos		166.003	156.452
Contribuição social	9	(16.688)	(15.579)
Imposto de renda	9	(45.020)	(42.824)
		(61.708)	(58.403)
Lucro líquido do período		104.295	98.049
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,12	0,35
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	0,13	0,38

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015**

(Em milhares de reais)

	1º trimestre 2016	1º trimestre 2015
Lucro líquido do período	104.295	98.049
Resultado abrangente do período	104.295	98.049

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2016
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimentos	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	880.653	221.962	22.175	109.658	245.742	120.446	(248.243)	-	1.352.393
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	104.295	104.295
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	-	27.583	-	-	(27.583)	-
Saldos em 31 de março de 2016	880.653	221.962	22.175	109.658	273.325	120.446	(248.243)	76.712	1.456.688

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2015
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	241.264	248.858	7.265	109.658	153.719	256.572	(289.122)	-	728.213
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	98.049	98.049
Mutações Internas do patrimônio líquido									
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	-	15.897	-	-	(15.897)	-
Saldos em 31 de março de 2015	241.264	248.858	7.265	109.658	169.615	256.572	(289.122)	82.152	826.262

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ****Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015**

(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
Lucro antes dos tributos	166.003	156.452
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	52.370	53.516
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	43.723	13.002
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.209	11.332
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	68.785	183.505
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	13.062	13.511
Perda (ganho) na baixa de não circulante	218	1.898
PIS e COFINS diferidos	2.101	-
	370.471	433.216
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(325.936)	(468.460)
Tributos a compensar	(14.486)	4.612
Depósitos judiciais	744.706	(742)
Ativo financeiro setorial	555.699	(66.638)
Contas a receber - aporte CDE	(82.039)	17.056
Outros ativos operacionais	(15.907)	9.855
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(739.738)	(348.200)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(15.935)	(28.179)
Outros tributos e contribuições sociais	(95.545)	74.933
Taxas regulamentares	(90.253)	178.939
Passivo financeiro setorial	58.520	10.179
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(51.953)	(19.200)
Contas a pagar - CDE	(22.985)	26.641
Outros passivos operacionais	21.490	(2.702)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	296.109	(178.690)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.677)	(54.533)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(122.322)	(92.996)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	165.110	(326.219)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(1.315)	(1.114)
Adições de intangível	(101.216)	(67.598)
Venda de ativo não circulante	-	46
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(102.531)	(68.666)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	26.421	1.204.550
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(32.761)	(572.982)
Liquidação de operações com derivativos	(62.935)	(27.984)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(300.000)	(45.000)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(369.275)	558.584
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(306.696)	163.699
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.169.504	1.115.198
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.862.809	1.278.897

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em
31 de março de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	1º trimestre 2016	1º trimestre 2015
1 - Receita	3.360.226	3.368.819
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.274.793	3.283.732
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	109.642	96.418
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.209)	(11.332)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.557.872)	(2.014.065)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.308.710)	(1.802.834)
2.2 Material	(83.141)	(66.895)
2.3 Serviços de terceiros	(105.175)	(95.038)
2.4 Outros	(60.845)	(49.298)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.802.355	1.354.754
4 - Retenções	(52.428)	(53.539)
4.1 Amortização	(52.428)	(53.539)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.749.926	1.301.215
6 - Valor adicionado recebido em transferência	180.186	101.820
6.1 Receitas financeiras	180.186	101.820
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.930.112	1.403.035
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	96.402	91.285
8.1.1 Remuneração direta	50.864	47.595
8.1.2 Benefícios	40.700	39.256
8.1.3 F.G.T.S.	4.838	4.434
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.559.654	1.037.347
8.2.1 Federais	918.082	521.441
8.2.2 Estaduais	640.422	514.766
8.2.3 Municipais	1.150	1.140
8.3 Remuneração de capital de terceiros	169.761	176.354
8.3.1 Juros	169.189	175.682
8.3.2 Aluguéis	572	672
8.4 Remuneração de capital próprio	104.295	98.049
8.4.1 Lucros retidos	104.295	98.049
	1.930.112	1.403.035

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,2 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes).

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto pela alteração de prática relacionada ao Intangível (nota 3) e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 29 de abril de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) estão apresentadas na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Notas Explicativas

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida;
- Nota 24 – Custo com energia elétrica; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em relação às políticas contábeis para o ativo intangível da concessão, descritas na nota explicativa 3.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a partir de 1º de janeiro de 2016, em atendimento às alterações dos CPC 27 e à CPC 04 (R1), a Companhia passou a adotar prospectivamente o método linear de amortização pelo prazo remanescente das concessões.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do

Notas Explicativas

passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F BOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subseqüentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldos bancários	9.810	41.665
Aplicações financeiras	<u>1.852.999</u>	<u>2.127.840</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	8.922	12.562
Certificado de depósito bancário (b)	1.303.437	696.208
Fundos de investimento (c)	<u>540.640</u>	<u>1.419.069</u>
Total	<u>1.862.809</u>	<u>2.169.504</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,4% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,7% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2016	31/12/2015
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	266.368	240.832	39.184	546.384	437.024
Industrial	82.032	42.220	38.184	162.437	135.567
Comercial	122.121	46.748	15.025	183.893	134.841
Rural	21.148	5.511	1.481	28.140	28.451
Poder público	36.380	6.963	417	43.760	45.972
Iluminação pública	25.434	3.936	1.140	30.510	31.125
Serviço público	42.539	14.847	467	57.852	51.266
Faturado	596.022	361.057	95.898	1.052.977	864.245
Não faturado	527.953	-	-	527.953	496.648
Parcelamento de débito de consumidores	87.439	17.552	11.739	116.730	124.858
Operações realizadas na CCEE	109.247	-	-	109.247	183
Concessionárias e permissionárias	5.816	-	-	5.816	12.233
	1.326.477	378.609	107.636	1.812.723	1.498.167
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(85.180)	(76.413)
Total				1.727.543	1.421.754
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	57.447	-	-	57.447	62.560
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
	62.451	-	-	62.451	67.563
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(10.684)	(12.095)
Total				51.767	55.469

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2015	(88.508)	(7.179)	(95.687)
Provisão revertida (constituída)	(31.521)	(361)	(31.882)
Recuperação de receita	7.673	-	7.673
Baixa de contas a receber provisionadas	16.493	-	16.493
Saldo em 31/03/2016	(95.864)	(7.540)	(103.404)
Circulante	(85.180)	(7.540)	(92.720)
Não Circulante	(10.684)	-	(10.684)

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	17.934
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	37.334
Imposto de renda e contribuição social a compensar	58.612	3.059
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	38.150	28.176
ICMS a compensar	26.889	27.871
Programa de integração social - PIS	1.361	816
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.387	3.878
Instituto nacional de seguridade social - INSS	4.928	4.928
Outros	123	123
Total	<u>134.450</u>	<u>124.120</u>
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	51.685	51.355
ICMS a compensar	36.173	32.347
Total	<u>87.858</u>	<u>83.702</u>

Notas Explicativas

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2015	Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 31/03/2016
		Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	
Parcela "A"						
CVA (*)						
CDE (**)	274.478	(149.264)	(6.940)	8.580	-	126.854
Custos energia elétrica	(10.494)	230.821	(186.819)	(15.809)	(142.425)	(124.725)
ESS e EER (***)	(89.819)	29.787	85.542	2.497	(171.388)	(143.381)
Proinfa	(1.135)	15.419	509	3.227	-	18.019
Rede básica	46.189	(7.759)	(24.786)	(2.752)	-	10.892
Repasse de Itaipu	714.228	(90.007)	50.796	47.711	-	722.729
Transporte de Itaipu	8.586	1.848	(570)	(2.041)	-	7.823
Neutralidade dos encargos setoriais	130.676	20.679	1.099	4.255	-	156.708
Sobrecontratação	144	(297.245)	(14.507)	(23.039)	-	(334.647)
Outros componentes financeiros	(27.517)	32.958	8.032	3.525	-	16.999
Total	1.045.336	(212.764)	(87.642)	26.153	(313.813)	457.270
Ativo circulante	787.149					559.545
Ativo não circulante	258.187					-
Passivo não circulante	-					(102.276)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Crédito (débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	38.615	49.300
Benefício fiscal do ágio incorporado	53.967	55.123
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(62.370)</u>	<u>(83.382)</u>
Subtotal	30.212	21.040
<u>Crédito (débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	107.564	137.228
Benefício fiscal do ágio incorporado	149.907	153.119
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(173.249)</u>	<u>(231.616)</u>
Subtotal	84.222	58.732
<u>Crédito (débito) de PIS e COFINS</u>		
Diferenças temporariamente indedutíveis	(6.274)	(4.174)
Total	<u>108.159</u>	<u>75.598</u>

9.2 - Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3% (4,34% no primeiro trimestre de 2015).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>31/03/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>PIS/COFINS</u>
Diferenças temporariamente indedutíveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18.433	51.202	-	18.700	51.945	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.306	25.851	-	8.612	23.922	-
Provisão energia livre	5.544	15.401	-	5.402	15.007	-
Programas de P&D e eficiência energética	8.188	22.745	-	7.998	22.216	-
Provisão relacionada a pessoal	1.375	3.820	-	977	2.715	-
Derivativos	(91.105)	(253.071)	-	(112.200)	(311.666)	-
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(2.979)	(8.275)	-	(3.043)	(8.452)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(37.272)	(103.532)	(6.274)	(33.510)	(93.084)	(4.174)
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.035	-	21.612	60.035	-
Instrumentos financeiros (CPC)	(5.625)	(15.624)	-	(6.488)	(18.022)	-
Outros	2.638	7.329	-	1.044	2.899	-
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado						
Perdas atuariais (CPC)	7.513	20.870	-	7.512	20.870	-
Total	<u>(62.370)</u>	<u>(173.249)</u>	<u>(6.274)</u>	<u>(83.382)</u>	<u>(231.616)</u>	<u>(4.174)</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015:

	1° Trimestre 2016		1° Trimestre 2015	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	166.003	166.003	156.452	156.452
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	602	-	833	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	-	-	(1.102)	(1.102)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	17.606	17.606	15.856	15.856
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.209	(3.529)	1.064	90
Base de cálculo	185.421	180.081	173.102	171.296
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(16.688)	(45.020)	(15.579)	(42.824)
Corrente	(25.859)	(70.511)	(8.908)	(24.294)
Diferido	9.171	25.490	(6.671)	(18.530)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2015	1.674.332
Adições	103.309
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	45.177
Baixas	(3.325)
Saldo em 31/03/2016	1.819.493

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita e despesa financeira, no resultado do período.

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Adiantamentos - Fundação CESP	4.520	5.893	-	-
Adiantamentos - fornecedores	259	1.099	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	10.521	610	8.668	16.705
Ordens em curso	150.310	144.720	-	-
Serviços prestados a terceiros	4.337	2.899	-	-
Convênios de arrecadação	-	44.188	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	264	264
Despesas antecipadas	28.468	24.295	-	-
Contas a receber - Aporte CDE	179.108	97.069	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(7.540)	(7.179)	-	-
Adiantamentos a funcionários	11.501	4.847	-	-
Arrendamentos e alugueis de postes	5.801	5.407	-	-
Outros	16.937	13.090	1.065	1.044
Total	404.224	336.938	9.996	18.012

Contas a receber – Aporte CDE – referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 23.287 (R\$ 10.313 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 155.821 (R\$ 86.756 em 31 de dezembro de 2015) (nota 23).

Em 29 de maio de 2015, a Companhia obteve liminar que autorizou o não recolhimento dos valores devidos de quotas de CDE, até o limite dos saldos a receber da Eletrobrás referente ao aporte de CDE.

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2015	1.787.126	275.854	2.824	2.065.803
Custo histórico	5.122.108	275.854	8.061	5.406.023
Amortização acumulada	(3.334.982)	-	(5.237)	(3.340.219)
Adições	-	102.294	-	102.294
Amortização	(52.281)	-	(90)	(52.370)
Transferência - intangíveis	66.842	(66.842)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	(103.309)	-	(103.309)
Baixa e transferência - outros ativos	(3.729)	-	-	(3.729)
Saldo em 31/03/2016	1.797.958	207.997	2.734	2.008.689
Custo histórico	5.165.295	207.997	8.061	5.381.353
Amortização acumulada	(3.367.337)	-	(5.327)	(3.372.663)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No primeiro trimestre de 2016 foram capitalizados R\$ 1.078 (R\$ 1.225 no primeiro trimestre de 2015) a uma taxa de 7,50% a.a..

Notas Explicativas**(13) FORNECEDORES**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	84.899	106.977
Suprimento de energia elétrica	521.398	1.256.614
Encargos de uso da rede elétrica	47.996	50.060
Materiais e serviços	184.833	167.930
Energia livre	86.193	83.476
Total	<u>925.319</u>	<u>1.665.057</u>

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2016			31/12/2015		
				Encargos - circulante e não circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES - Investimento									
FINEM V (a)	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	230	33.735	28.112	260	33.616	36.417
FINEM V (b)	Pré fixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	17	1.740	3.190	18	1.740	3.625
FINEM V (c)	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	87	7.533	28.878	91	7.533	30.761
FINEM VI (d)	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	677	49.281	135.521	719	49.107	147.320
FINEM VI (e)	Pré fixado 2,50%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	201	27.587	156.328	210	27.587	163.225
FINEM VI (f)	Pré fixado 2,50%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	11	1.504	8.521	11	1.504	8.897
FINEM VII (g)	Pré fixado 6,00%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	163	7.952	55.662	163	5.964	57.650
FINEM VII (h)	TJLP + 2,12% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	536	24.902	124.512	468	16.288	114.018
FINEM VII (i)	SELIC + 2,62% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	86	12.652	63.262	74	8.154	57.076
FINAME	Pré fixado 4,50%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	62	8.435	23.197	66	8.435	25.306
Instituições financeiras									
Banco do Brasil- Capital Giro (j)	104,9% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	92.866	-	250.000	81.549	-	250.000
Outros									
Eletrobras	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	824	2.763	-	1.031	2.899
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				94.934	176.146	879.948	83.629	160.960	897.195
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições Financeiras									
Morgan Stanley	US\$ + Libor 6 meses + 1,75% (1)	Parcela única em setembro de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	132	180.580	-	1.262	195.240	-
Merrill Lynch	US\$ + 3,69% (2)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	2.887	-	361.160	6.844	-	390.480
Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,70% (3)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	32	-	162.522	34	-	175.716
Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,40% (8)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.336	-	541.740	1.374	-	585.720
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (3)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	269	-	180.580	262	-	195.240
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,44% (9)	Parcela única em janeiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	957	-	209.473	918	-	226.478
Scotiabank	US\$ + 3,3125% (4)	Parcela única em julho de 2016	Aval da CPFL Energia e nota promissória	632	86.962	-	1.479	94.022	-
Mizuho (k)	US\$ + Libor 3 meses + 1,55% (5)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	33	-	270.870	35	-	292.860
Bank of Tokyo-Mitsubishi (l)	US\$ + Libor 3 meses + 0,80% (6)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	144	-	180.580	140	-	195.240
Bank of Tokyo-Mitsubishi (m)	US\$ + Libor 3 meses + 0,88% (14)	Parcela única em fevereiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	308	-	180.580	284	-	195.240
JP MORGAN	US\$ + 2,28% a 2,32% (7)	Parcela única em dezembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.015	-	144.464	189	-	156.192
JP MORGAN	US\$ + 2,36% a 2,39 (10)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	678	-	126.406	1.587	-	136.668
JP MORGAN	US\$ + 2,74% (11)	Parcela única em janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	543	-	90.290	1.271	-	97.620
JP MORGAN	US\$ + 2,2% (12)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	162	-	54.174	508	-	58.572
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (15)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	290	-	81.796	663	-	85.328
HSBC Bank	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (13)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.206	-	312.054	1.116	-	337.388
Marcação a mercado				-	(14.552)	(107.843)	-	(21.070)	(159.969)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				10.626	252.990	2.788.846	17.967	268.193	2.968.773
Gastos com Captação (*)				-	(119)	(7.328)	-	(131)	(7.222)
Total				105.560	429.017	3.661.465	101.595	429.021	3.858.747

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 103,50% do CDI a.a. (2) 106,85% do CDI a.a. (3) 109,50% do CDI a.a. (4) 104,90% do CDI a.a. (5) 106,89% a 106,90% do CDI a.a. (6) 105,50% do CDI a.a. (7) 105,65% a 105,70% do CDI a.a. (8) 106,35% do CDI a.a. (9) 108,60% do CDI a.a. (10) 101,8% a 104,1% do CDI a.a. (11) 106,6% do CDI a.a. (12) 104% do CDI a.a. (13) 104,5% a 105,9% do CDI a.a. (14) 107,85% do CDI a.a. (15) 103,6% do CDI a.a.

- (a) Taxa efetiva: 60,70% a 68,82% do CDI
(b) Taxa efetiva: 65,91% do CDI
(c) Taxa efetiva: 45,68% do CDI
(d) Taxa efetiva: 88,55% a 100,53% do CDI
(e) Taxa efetiva: 30,35% do CDI
(f) Taxa efetiva: 30,65% do CDI
(g) Taxa efetiva: 48,29% a 48,39% do CDI
(h) Taxa efetiva: 68,63% a 72,87% do CDI
(i) Taxa efetiva: 121,32% a 121,64% do CDI
(j) Taxa efetiva: 109,47% do CDI
(k) Taxa efetiva: 108,49% do CDI
(l) Taxa efetiva: 107,5% do CDI
(m) Taxa efetiva: 110,44% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC's 38 e 39 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a

Notas Explicativas

mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2016, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 3.052.462 (R\$ 3.254.933 em 31 de dezembro de 2015).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de março de 2016 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 122.395 (ganho de R\$ 181.039 em 31 de dezembro de 2015) reduzidos das perdas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 53.559 (perda de R\$ 96.741 em 31 de dezembro de 2015), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 68.836 (ganho total líquido de R\$ 84.298 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2017	380.159
2018	2.241.385
2019	650.849
2020	367.591
2021	75.416
2022 a 2024	53.909
Subtotal	3.769.309
Marcação a mercado	(107.843)
Total	<u>3.661.465</u>

Adições no período:

Moeda nacional

BNDES - FINEM VII – A Companhia obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2014, no montante de R\$ 427.716, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, visando financiar os investimentos em redes elétricas, previstos para os anos de 2014 e 2015. No primeiro trimestre de 2016 houve liberações de R\$ 27.075 (R\$ 26.421 líquidos dos gastos com captação) e o saldo remanescente de R\$ 146.522 foi cancelado.

Condições restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e sua controladora CPFL Energia mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

BNDES - Os financiamentos junto ao BNDES restringe a Companhia: (i) a somente realizar o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros pela Companhia em parâmetros pré-estabelecidos apurados anualmente, como segue:

- Dívida onerosa líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,5;
- Dívida onerosa líquida dividida pela soma da dívida onerosa líquida e o patrimônio líquido - valor máximo 0,90.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2016			31/12/2015		
						Encargos	Não circulante	Total	Encargos	Não circulante	Total
6ª Emissão	660	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,87%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	22.396	660.000	682.396	47.292	660.000	707.292
7ª Emissão	50.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	10.234	505.000	515.234	29.546	505.000	534.546
Gastos com Emissão (*)						-	(2.189)	(2.189)	-	(2.327)	(2.327)
						32.630	1.162.811	1.195.441	76.838	1.162.673	1.239.511

(1) A companhia possui Swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 108,05% do CDI.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2017	197.033
2018	323.697
2019	389.836
2020	126.031
2021	126.214
Total	1.162.811

Condições restritivas

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração em 31 de dezembro de 2015.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados com as seguintes características:

16.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Notas Explicativas

Adicionalmente, para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

16.2 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2015	437.670
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	13.062
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	<u>(15.991)</u>
Passivo atuarial líquido em 31/03/2016	434.741
Outras contribuições	<u>16.206</u>
Total	<u><u>450.947</u></u>
Circulante	107
Não circulante	450.839

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1° Trimestre 2016	1° Trimestre 2015
Custo do serviço	190	318
Juros sobre obrigações atuariais	114.662	105.079
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(101.790)</u>	<u>(91.885)</u>
Total da despesa (receita)	<u><u>13.062</u></u>	<u><u>13.511</u></u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial foram aquelas consideradas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014, conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	12,67% a.a.	11,46% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,79% a.a.	8,15% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	0,0% a .a.	0,0% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012**	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP

** Experiência FUNCESP agravada em 40%

Notas Explicativas**(17) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	652	652
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	287.223	248.897
Bandeiras tarifárias e outros	41.311	169.890
Total	<u>329.186</u>	<u>419.439</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2016 no montante de R\$ 201.645 (R\$ 184.269 em 31 de dezembro de 2015), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 43.159 (R\$ 22.209 em 31 de dezembro de 2015) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 42.419 (R\$ 42.419 em 31 de dezembro de 2015).

Bandeiras tarifárias e outros – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”).

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	141.022	208.123
Programa de integração social - PIS	11.325	15.566
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	52.165	75.476
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	64.182	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	23.510	-
Outros	9.971	10.864
Total	<u>302.176</u>	<u>310.028</u>

Notas Explicativas**(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/03/2016		31/12/2015	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	73.168	39.215	100.065	36.231
Cíveis	82.403	55.412	78.239	55.428
Fiscais				
FINSOCIAL	30.300	85.765	29.917	84.092
Imposto de renda	-	-	-	746.695
Outras	21.990	14.336	951	13.640
	52.290	100.101	30.868	844.427
Outros	11.147	-	12.502	-
Total	219.008	194.728	221.674	936.086

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2016
Trabalhistas	100.065	24.647	(15.951)	(38.381)	2.789	73.168
Cíveis	78.239	16.805	(3.532)	(12.797)	3.689	82.403
Fiscais	30.868	20.393	-	66	963	52.290
Outros	12.502	44	(905)	(841)	347	11.147
Total	221.674	61.889	(20.389)	(51.953)	7.787	219.008

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

As adições em provisões para riscos fiscais, realizadas no primeiro trimestre de 2016, referem-se, substancialmente, a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, cujos saldos estavam classificados anteriormente em Tributos a recolher.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2016 estavam assim representadas: (i) trabalhistas de 269.123 (R\$ 282.937 em 31 de dezembro de 2015) representadas basicamente por acidentes de trabalho,

Notas Explicativas

adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros; (ii) cíveis de 184.514 (R\$ 194.770 em 31 de dezembro de 2015) representadas basicamente por danos pessoais e majoração tarifária; (iii) fiscais de R\$ 1.411.013 (R\$ 1.408.043 em 31 de dezembro de 2015), representadas basicamente por imposto de renda, INSS e FINSOCIAL, sendo uma das principais discussões a dedutibilidade para Imposto de renda da despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.062.479. Em janeiro de 2016, a Companhia obteve decisões judiciais que autorizaram a substituição dos depósitos judiciais relativos a esse processo por garantias financeiras (carta de fiança e seguro garantia), cujos respectivos levantamentos em favor da Companhia ocorreram em 2016. Há recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional em um dos casos, sem efeito suspensivo, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal e; (iv) questões regulatórias de R\$ 12.341 (R\$ 12.114 em 31 de dezembro de 2015).

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão do STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"). Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015
Consumidores e concessionárias	29.729	26.780	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	160.526	147.064	22.179	25.401
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	50.210	49.896	6.339	9.497
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.039	1.960	-	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.020	980	-	-
Adiantamentos	4.791	4.346	945	994
Descontos tarifários - CDE	9.722	32.707	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	162	162	-	-
Folha de pagamento	4.447	4.989	-	-
Participação nos lucros	16.335	11.988	735	735
Convênios de arrecadação	32.283	77.004	-	-
Outros	5.974	6.246	-	-
Total	317.237	364.121	30.197	36.627

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 está assim distribuído:

Notas Explicativas

Acionistas	Quantidade de ações			%
	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	
CPFL Energia S/A	728.890.475	151.762.555	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	-	1	1	-
Total	728.890.475	151.762.556	880.653.031	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

(22) LUCRO POR AÇÃO**22.1 - Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	104.295	98.049
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	728.890.475	116.397.093
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	151.762.555	151.762.555
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,12	0,35
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,13	0,38

Nos trimestres findos em 31 de março de 2016 e 2015 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	3.826.460	3.744.135	2.360	2.481	1.445.152	1.187.180
Industrial	31.038	31.972	884	979	514.065	435.779
Comercial	256.469	262.565	1.326	1.415	762.329	626.183
Rural	79.113	77.640	236	257	81.373	64.717
Poderes públicos	27.620	27.394	170	189	92.783	79.229
Iluminação pública	7.700	7.297	240	225	79.351	54.789
Serviço público	4.570	4.399	294	297	146.203	112.569
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(14.080)	(12.739)
Fornecimento faturado	4.232.970	4.155.402	5.511	5.844	3.107.175	2.547.705
Consumo próprio	446	445	5	5	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	21.378	62.373
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.147.344)	(858.138)
Fornecimento de energia elétrica	4.233.416	4.155.847	5.516	5.850	1.981.209	1.751.940
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			15	16	2.444	1.708
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(847)	-
Energia elétrica de curto prazo			97	58	47.279	105.348
Suprimento de energia elétrica			112	74	48.877	107.056
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.148.191	858.138
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					256.065	172.872
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos					(3.526)	(3.117)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					109.642	96.418
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(300.406)	298.496
Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários					109.033	69.130
Outras receitas e rendas					35.351	29.218
Outras receitas operacionais					1.354.349	1.521.154
Total da receita operacional bruta					3.384.435	3.380.150
Deduções da receita operacional						
ICMS					(640.090)	(514.434)
PIS					(54.625)	(54.033)
COFINS					(251.607)	(248.878)
ISS					(97)	(71)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(452.021)	(220.856)
Programa de P & D e eficiência energética					(16.526)	(21.194)
PROINFA					(10.301)	(12.115)
Bandeiras tarifárias e outros					(191.282)	(87.602)
Outros					(1.956)	(1.765)
					(1.618.505)	(1.160.948)
Receita operacional líquida					1.765.930	2.219.202

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

23.2 - Revisão Tarifária Periódica (“RTP”), Reajuste Tarifário Anual (“RTA”), e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”).

Em 7 de abril de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.871, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2015, em 41,45%, sendo 37,31% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,14% relativos aos componentes financeiros pertinentes. Esses percentuais foram apurados comparando-se com a base econômica do Reajuste Tarifário Anual – RTA de abril 2014. Ao comparar com a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE de março de 2015, o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 4,67% (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

Notas Explicativas

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015 o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 40,05% no grupo A, 27,27% no grupo B, total de 32,28% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 07 de abril de 2015.

Em 7 de abril de 2014, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 1.701, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 8 de abril de 2014, na média, em 17,18%, sendo 14,56% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 2,62% relativos aos componentes financeiros pertinentes. A percepção do consumidor, na média, foi de 17,23% de aumento nas tarifas (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

23.3 – Aporte CDE - baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No primeiro trimestre de 2016, foi registrada receita de R\$ 361.621 (R\$ 69.130 no primeiro trimestre de 2015), sendo: (i) R\$ 36.402 (R\$ 10.009 no primeiro trimestre de 2015) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 325.219 (R\$ 59.121 no primeiro trimestre de 2015) referentes a outros descontos tarifários em contrapartida na rubrica contas a receber – Aporte CDE/CCEE (nota 11) e contas a pagar - descontos tarifários – CDE (nota 20).

23.4 – Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias foi criado por meio da Resolução Normativa (“REN”) nº 547/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Tal mecanismo pode refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais custosas, tendo acréscimo na tarifa de R\$ 1,50 e R\$ 3,00 e R\$ 4,50, (antes dos efeitos tributários), respectivamente, para cada 100 kWh consumidos, reajustados por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.016/2016 a partir de 1º de fevereiro de 2016.

No primeiro trimestre de 2016 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 191.282 (R\$ 87.602 no primeiro trimestre de 2015) registrados na rubrica “Bandeiras tarifárias e outros”. No 1º trimestre de 2016, foram homologados pela ANEEL, R\$ 313.813 referente aos meses de novembro e dezembro de 2015 e janeiro e fevereiro de 2016, que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8), R\$ 6.080 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE, e R\$ 41.311 continuam em aberto registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – CDE

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.018 de 02 de fevereiro de 2016 e nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da Resolução Homologatória nº 1.863, de 31 de março de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE por um período médio de cinco anos a partir do processo tarifário ordinário (RTA) de 2015.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.324	1.346	287.783	322.294
Energia de curto prazo	113	227	(50.562)	94.730
PROINFA	123	130	51.602	34.184
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	5.081	5.099	810.515	1.127.010
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(101.689)	(145.985)
Subtotal	6.641	6.803	997.649	1.432.233
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			94.794	104.985
Encargos de transporte de itaipu			6.577	8.064
Encargos de conexão			4.563	3.191
Encargos de uso do sistema de distribuição			3.671	3.338
Encargos de serviço do sistema - ESS			72.161	91.688
Encargos de energia de reserva - EER			16.255	-
Crédito de PIS e COFINS			(18.317)	(19.542)
Subtotal			179.705	191.724
Total			1.177.354	1.623.956

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesa operacional						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Pessoal	62.978	61.036	-	-	11.901	11.869	14.720	14.034	-	-	89.599	86.939
Entidade de previdência privada	13.062	13.511	-	-	-	-	-	-	-	-	13.062	13.511
Material	14.282	10.824	67	77	316	193	1.114	729	-	-	15.779	11.823
Serviços de terceiros	21.832	11.289	228	228	25.740	25.109	25.398	24.328	-	-	73.198	60.955
Amortização	44.009	41.114	-	-	189	5.183	8.173	7.218	-	-	52.370	53.516
Custos com construção da infraestrutura	-	-	109.642	96.418	-	-	-	-	-	-	109.642	96.418
Outros	5.944	2.975	(1)	(1)	33.165	21.132	30.967	14.591	210	1.893	70.285	40.591
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	8.855	8.967	-	-	-	-	8.855	8.967
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	24.209	11.332	-	-	-	-	24.209	11.332
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	572	672	-	-	572	672
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.107	1.361	-	-	1.107	1.361
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	26.972	15.514	-	-	26.972	15.514
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	734	-	214	-	-	-	948
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	218	1.898	218	1.898
Outros	5.944	2.975	(1)	(1)	100	99	2.316	(3.170)	(7)	(5)	8.352	(101)
Total	162.108	140.749	109.936	96.722	71.310	63.486	80.371	60.902	210	1.893	423.936	363.753

Notas Explicativas**(26) RESULTADO FINANCEIRO**

	1° Trimestre 2016	1° Trimestre 2015
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	51.090	28.852
Acréscimos e multas moratórias	30.721	20.490
Atualização de créditos fiscais	346	1.568
Atualização de depósitos judiciais	3.347	14.396
Atualizações monetárias e cambiais	11.818	4.235
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa (nota 10)	45.177	24.778
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.754	4.033
Atualização do ativo financeiro setorial (nota 8)	26.153	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(9.966)	-
Outros	5.780	3.469
Total	170.220	101.820
Despesas		
Encargos de dívidas	(88.828)	(74.612)
Atualizações monetárias e cambiais	(60.924)	(85.755)
(-) Juros capitalizados	1.078	1.225
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	(1.776)
Outros	(20.183)	(15.944)
Total	(168.857)	(176.862)
Resultado financeiro	1.363	(75.042)

Os juros são capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a. sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

No primeiro trimestre de 2016, a rubrica de despesas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 248.265 (ganho líquido de R\$ 422.261 no primeiro trimestre de 2015) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pelo grupo Camargo Corrêa, que atua em segmentos diversificados como construção, cimento, calçados, têxtil, alumínio e concessão de rodovias, entre outros.

- Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações

Companhia controlada pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CESP, (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

- Bonaire Participações S.A.

Notas Explicativas

Companhia controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimento em Ações.

- BB Carteira Livre I - Fundo de Investimento em Ações.

Fundo controlado pela PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Saldo bancário e aplicação financeira** - Referem-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, conforme descrito na nota 5. Adicionalmente, a Companhia possui Fundos de Investimentos Exclusivos.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos** - Correspondem às captações de recursos junto a instituições financeiras, conforme condições descritas nas notas 14 e 15.
- Outras operações financeiras** - Os valores referem-se a custos bancários, despesas associadas ao processo de arrecadação e despesas de escrituração. O saldo registrado no passivo compreende basicamente direitos sobre o processamento da folha de pagamento que foram negociados com o Banco Bradesco, que estão sendo apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- Intangível, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Estes planos detêm investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 16).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2016, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.137 (R\$ 1.274 no primeiro trimestre de 2015). Este valor é composto por R\$ 1.101 (R\$ 1.219 no primeiro trimestre de 2015) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 36 (R\$ 55 no primeiro trimestre de 2015) de benefícios pós-emprego, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa, são como seguem:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	1º trimestre 2016	1º trimestre 2015	1º trimestre 2016	1º trimestre 2015
Saldo bancário e aplicação financeira								
Banco do Brasil S.A.	698	4.835	-	-	3	3	-	-
Banco Bradesco S.A. (**)	932.056	1.446.220	-	-	22.587	-	136	-
Empréstimos e Financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)								
Banco do Brasil S.A.	-	-	858.100	866.095	-	-	29.053	29.173
Banco BNP Paribas Brasil S.A. (**)	15.117	15.594	-	-	-	-	4.169	-
Outras operações financeiras								
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	801	874
Banco Bradesco S.A. (**)	12	-	1.228	1.259	71	-	1.901	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Brasileveículos Companhia de Seguros (**)	-	-	-	-	1	-	-	-
Cia.de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESPREV	-	14	7	7	1	1	-	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo (**)	-	-	-	-	-	-	513	-
Mapfre Seguros Gerais S.A. (**)	4	-	-	-	1	-	-	-
Indústrias Romi S.A.	-	-	-	-	13	12	-	-
Rodovias Integradas do Oeste S.A. (***)	-	-	-	12	-	-	-	-
TOTVS S.A.	-	-	2	2	-	-	6	6
Compra e venda de energia e encargos								
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	14	15	-	-	129	195
Aliança Geração de Energia S.A	-	-	1.022	995	-	-	9.180	-
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	1	1
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	892	969	-	-	8.309	-
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	134	130	-	-	1.199	1.007
Rio PCH I S.A.	-	-	196	191	-	-	1.761	1.479
SE Narendiba S.A.	-	-	-	-	-	-	16	21
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	-	296	263	-	-	2.593	2.141
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	-	-	-	1.627	1.740

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

(**) Parte relacionada a partir de 31.12.2015

(***) Parte relacionada até 31.12.2015

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2016	31/12/2015	31/03/2016	31/12/2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2015
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	282	203	56	33	-	-	(591)	(466)
Companhia Piratininga de Força e Luz	958	711	602	436	-	-	(298)	(274)
Companhia Luz e Força Santa Cruz	75	53	1	-	-	-	(189)	(162)
Companhia Leste Paulista de Energia	25	14	2	-	-	-	(54)	(46)
Companhia Sul Paulista de Energia	35	18	2	19	-	-	(71)	(61)
Companhia Jaguarí de Energia	27	18	35	26	-	-	17	18
Companhia Luz e Força de Mococa	14	9	2	3	-	-	(37)	(31)
Rio Grande Energia S.A.	509	324	14	53	-	-	(1.179)	(934)
CPFL Geração de Energia S.A.	290	230	93	83	-	-	(531)	(341)
CPFL Energia S.A.	199	154	-	-	-	-	(568)	(444)
CPFL Renováveis - Consolidado	24	24	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	82	98	66	109	-	-	(238)	(170)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	28	3	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	1	1	1	3	-	-	(4)	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	2	1	-	-	(1)	(1)
CPFL Eficiência Energética S.A.	7	10	-	1	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	3	67	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	61	73	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	220	183	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	4	3	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	1	1	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	2	2	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	1	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	13	10	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	59	57	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	63	2	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	78	78	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	12	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	290	161	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	-	-	-
Dividendo/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	364.968	664.968	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	69	-	-	-	16	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	62	-	-	-	23	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	68	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	39	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	-	56	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	50	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	12.451	36.059	2.928	3.659	-	-	3.636	1.233
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.684	1.813	-	-	5.537	6.287
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	212	973	-	-	3.094	3.465
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	38	559	-	-	865	1.626
CPFL Telecom S.A.	-	-	11	11	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	1.600	-	-	3.975	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.513
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.208	1.176	-	-	3.593	3.115	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	9.928	86.821	-	-	29.481	33.514
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	16	16	-	-	49	47
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	4.709	10.898	-	-	14.188	25.916
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	9	-	-	(9)	-
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	383	324	-	-	848	713
Campos Novos Energia S.A.	-	-	29.451	107.672	-	-	44.668	40.039
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	7.876	48.020	-	-	23.120	22.166
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	20.327	112.207	-	-	58.124	55.706
CPFL Renováveis - Consolidado	1.020	902	977	540	1.018	909	1.582	485
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	244	244	-	-	1.927	-

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Notas Explicativas

Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/03/2016		31/12/2015		
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	1.427.201	1.427.201	1.753.549	1.753.549
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	435.608	435.608	409.486	409.486
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	959.287	959.287	1.151.256	1.151.256
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	1.819.493	1.819.493	1.674.332	1.674.332
					<u>4.641.589</u>	<u>4.641.589</u>	<u>4.988.622</u>	<u>4.988.622</u>
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (**)	1.146.277	995.091	1.137.330	978.009
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	3.049.765	3.049.765	3.252.033	3.252.033
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	1.195.441	1.176.141	1.239.511	1.219.413
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	6.901	6.901	13.541	13.541
					<u>5.398.385</u>	<u>5.227.899</u>	<u>5.642.415</u>	<u>5.462.996</u>

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 58.643 em 31 de março de 2016 (ganho de R\$ 46.511 em 31 de março de 2015)

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Empréstimos e recebíveis
- (c) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – aporte CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros, e (v) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) convênios de arrecadação; (vii) descontos tarifários – CDE e (viii) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do primeiro trimestre de 2015 de R\$ 52.862 (ganho de R\$ 24.778 no primeiro trimestre de 2015),

Notas Explicativas

assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2016 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores de mercado, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	(Passivo)						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Banco Tokyo Mitsubishi	57.222	-	57.222	62.497	(5.275)	dólar	03/2019	117.400
Banco Tokyo Mitsubishi	25.209	-	25.209	35.919	(10.709)	dólar	02/2020	142.735
Bank of America Merrill Lynch	53.775	-	53.775	56.356	(2.581)	dólar	09/2018	106.020
Bank of America Merrill Lynch	121.023	-	121.023	130.943	(9.920)	dólar	02/2018	405.300
Bank of America Merrill Lynch	163.340	-	163.340	160.447	2.893	dólar	07/2016	156.700
Bank of America Merrill Lynch	31.837	-	31.837	31.660	177	dólar	10/2018	329.500
Bank of America Merrill Lynch	60.683	-	60.683	63.874	(3.192)	dólar	03/2019	116.600
BNP PARIBAS	15.117	-	15.117	16.374	(1.257)	dólar	01/2018	63.896
Citibank	57.369	-	57.369	62.428	(5.058)	dólar	03/2019	117.250
Citibank	43.058	-	43.058	49.015	(5.958)	dólar	01/2020	156.600
HSBC	15.289	-	15.289	16.654	(1.365)	dólar	01/2018	54.214
HSBC	58.976	-	58.976	62.974	(3.997)	dólar	01/2018	173.459
J.P. Morgan	17.955	-	17.955	19.106	(1.151)	dólar	12/2017	51.470
J.P. Morgan	16.480	-	16.480	17.606	(1.126)	dólar	12/2017	53.100
J.P. Morgan	7.911	-	7.911	8.372	(460)	dólar	01/2018	27.121
J.P. Morgan	20.120	-	20.120	20.892	(772)	dólar	01/2018	67.938
J.P. Morgan	20.086	-	20.086	21.244	(1.157)	dólar	01/2019	67.613
J.P. Morgan	11.602	-	11.602	12.496	(894)	dólar	02/2018	41.100
J.P. Morgan	30.340	-	30.340	31.937	(1.597)	dólar	03/2019	58.300
Morgan Stanley	94.848	-	94.848	94.935	(87)	dólar	09/2016	85.475
Scotia Bank	37.046	-	37.046	37.117	(71)	dólar	07/2016	49.000
Subtotal	959.287	-	959.287	1.012.846	(53.559)			
Hedge variação de taxa de juros (1)								
Bank of America Merrill Lynch	-	(3.533)	(3.533)	(391)	(3.142)	CDI	07/2019	660.000
J.P. Morgan	-	(2.033)	(2.033)	(104)	(1.929)	CDI	02/2021	300.000
Santander	-	(682)	(682)	(35)	(647)	CDI	02/2021	105.000
Votorantim	-	(654)	(654)	(33)	(620)	CDI	02/2021	100.000
Subtotal	-	(6.901)	(6.901)	(563)	(6.338)			
Total	959.287	(6.901)	952.386	1.012.283	(59.897)			
Circulante	295.234	-						
Não Circulante	664.053	(6.901)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e

Notas Explicativas

variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2016 e 2015, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (perda)	
	1° Trimestre 2016	1° Trimestre 2015
Varição de taxas de juros	770	(280)
Varição cambial	(298.086)	422.676
Marcação a mercado	49.051	(136)
	(248.265)	422.261

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2016 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação / Depreciação cambial de 25% (c)	Apreciação / depreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.970.376)		(302.304)	515.866	1.334.036
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	3.070.266		312.470	(533.214)	(1.378.898)
	99.890	baixa dolar	10.166	(17.348)	(44.862)
Instrumentos financeiros passivos	(82.086)		(9.559)	(32.471)	(55.382)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	81.369		9.476	32.187	54.899
	(716)	alta euro	(83)	(283)	(483)
Total	99.174		10.083	(17.631)	(45.345)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31/03/2016 foi de R\$ 3,56 para o dolar e R\$ 4,05 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,92 e R\$ 4,53, e a depreciação cambial de 10,18% e 11,65% do dolar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e portanto o câmbio local é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. Em função da exposição cambial líquida do euro ser um passivo, o risco é alta do euro, e o câmbio local é depreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros

Notas Explicativas

variáveis em 31 de março de 2016 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 13,72% a.a; TJLP 6,72% a.a., IPCA 9,39% a.a, e SELIC 13,86% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 36.936 (despesas de CDI R\$ 244.462 e TJLP R\$ 26.712 e receitas IPCA R\$ 170.850 e Selic R\$ 63.388). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação de índice em 25% (b)	Elevação de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.957.954		2.741	70.584	138.427
Instrumentos financeiros passivos	(1.540.496)		(2.157)	(55.535)	(108.913)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.199.250)		(3.079)	(79.283)	(155.487)
	(1.781.792)	alta CDI	(2.495)	(64.234)	(125.973)
Instrumentos financeiros passivos	(397.506)		(3.101)	(10.554)	(18.007)
	(397.506)	alta TJLP	(3.101)	(10.554)	(18.007)
Ativo financeiro da concessão	1.819.493	baixa IPCA	(43.486)	11.645	(20.196)
Ativos e passivos financeiros setoriais	457.270	baixa SELIC	(13)	15.831	31.674
Total	97.465		(49.094)	(47.312)	(132.502)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 13,86%, 7,50%, 7,00% e 13,86% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre de 2016, um valor de R\$ 1.078 (R\$ 1.225 no primeiro trimestre de 2015) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1 - Reajuste Tarifário Anual

Em 05 de abril de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.056, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2016, em 9,89%, sendo negativo -0,29% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,18% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 7,55%.

31.2 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 28 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 25.295, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2015 sem emissão de novas ações.

31.3 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP")

Na AGO/E de 28 de abril de 2016 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2015, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 49.343; (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 120.447 e (iii) juros sobre o capital próprio intermediário no montante de R\$ 21.480 declarado em junho de 2015.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Paulista de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Primeiro Trimestre de 2016

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Campinas, 29 de abril de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Christian Canezin
Auditores Independentes	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8	CRC nº 1 SP 237470/O-9

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.